

**CORPO, SEXO E GÊNERO**  
**NA ARQUEOLOGIA:**  
**REVISITANDO**  
**ALGUNS ASPECTOS**  
**MULTIDISCIPLINARES\***



SERGIO FRANCISCO SERAFIM MONTEIRO DA SILVA\*\*,  
VIVIANE MARIA CAVALCANTI DE CASTRO\*\*\*

*Resumo: este artigo apresenta os principais problemas relacionados à inclusão do corpo, gênero, sexo e suas relações com a cultura material na produção do conhecimento arqueológico moderno sobre populações do passado. Traça um esboço das especulações recorrentes, termos e conceitos que funcionam como guarda-chuva paradigmático para estimar o estado da arte dessas abordagens a partir de exemplos arqueológicos e etnográficos da América, África e Mediterrâneo. Foram selecionadas perspectivas convergentes, mesmo no âmbito da biocultura e da sociobiologia humana para a explanação de um viés por vezes transversal de conhecimento científico.*

Palavras-chave: *Arqueologias. Corpo. Gênero. Sexualidade. Materialidade.*

**A** incorporação de temáticas sobre o corpo, gênero e sexo, vem ocorrendo como um dos principais campos de investigação nos estudos arqueológicos atuais. Contudo, são temas que apresentam dificuldades interpretativas, muitas vezes marcadas pela resistência em quebrar com visões sexistas e preconceituosas que estão historicamente marcadas, no meio social e acadêmico, e que são, em sua essência, androcêntricas.

\* Recebido em 21.01.2018. Aprovado em 28.04.2018.

\*\* Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo – USP. Mestre em Ciências – Arqueologia. Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e do Curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco. *E-mail:* sergiofmsilva@gmail.com

\*\*\* Doutora em Arqueologia e Mestre em História, pela UFPE. Professora Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e do Curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco. *E-mail:* vivianemcc@gmail.com

Deste modo, este trabalho se propõe a abordar, a partir de aspectos multidisciplinares, a incorporação e utilização dos conceitos de corpo, gênero e sexo, expressos por meio da materialidade. Para isso, primeiramente, serão discutidos, conceitualmente, alguns significados relacionados à como o corpo vem sendo tratado em diferentes momentos históricos e nas ciências humanas e sociais (o corpo social); em seguida a determinação do corpo biológico e a representação visual do corpo e da sexualidade. Para isso são apresentados exemplos de como o corpo, ou sua representação, podem ser utilizados nas interpretações dos contextos arqueológicos: no Peru antigo e no mundo mediterrânico greco-romano, assim como no Egito, encontram-se inúmeros registros do corpo humano, representados, em diferentes suportes, e relacionados com situações cotidianas ou rituais. São exemplos que podem contribuir nos estudos da arqueologia de gênero.

Sobre as representações encontradas no Museu Larco, Lima, Peru, provenientes dos povos Chimú, Nazca, Salinar, Virú e Santa existem vasilhas cerâmicas e pequenas estatuetas de metal que representam corpos, ou detalhes de corpos (como genitais masculinos e femininos, e cenas de sexo). Em se tratando da sexualidade em Roma durante 100 B. C. a 250 A. D. as representações retratam uma diversidade de atividades e situações sexuais e foram realizadas em recipientes cerâmicos como ânforas, lamparinas, amuletos, pinturas murais, relevos. Exemplos da etnografia africana com objetos representando órgãos femininos e masculinos, também são utilizados e demonstram que existe uma ênfase nas representações do sexo masculino.

## CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O CORPO HUMANO

O estudo do corpo tem sido alvo de discussões nas ciências humanas e sociais, especialmente quando das interlocuções de Michel Foucault, Merleau-Ponty, Certeau, Le Breton, Crespo, Baudrillard, Barthes e Bordieu, entre outros. O corpo está relacionado, em Foucault, à *carne e sexualidade*, com as *ciências humanas*, ao *corpo do rei* (duplo), o *corpo do súdito* (fragmentável), a um *corpo sem órgãos*, *corpo social*, *população*, ao *castigo*, *correção e suplício* (na história do controle social do corpo), ao *contrato e marca* (criminalização penal), à *disciplina* (para fabricar indivíduos e corpos assujeitados).

Sobre o corpo estão inseridas as marcas dos fatos passados: dele nascem os desejos, insuficiências, erros e expressam-se as lutas; como também ele se associa à *medicina* e ao *capitalismo*, à *possessão*, *loucura*, ao *si mesmo* e ao *sujeito* (este é o que governa o corpo, servindo-se dele como instrumento), aos *instrumentos corporais de punição* e ao *corpo neurológico*, do qual emerge o *corpo sexual* e a vinculação aos saberes psiquiátricos na modernidade (CASTRO, 2009).

Durante o século XIX, o aparecimento da anatomia patológica converteu o resto inanimado do corpo humano no momento mais claro da sua própria verdade, mediante a sua inserção nos *saberes clínicos*. Nesse contexto, o corpo do outro, etnográfico, arqueológico, pode participar desse *biopoder* e da *biopolítica* no sentido de compor uma memória, uma parte do passado genealógico dos indivíduos viventes do corpo social na história do presente.

Desde o advento das primeiras legislações, o corpo vem sendo definido, circunscrito e articulado pelo que o escreve (CERTEAU, 2011). O corpo associa-se, nas ciências jurídicas, à marcação por castigo, matrimônio, nas relações coletivas, na pena de morte e destruição corporal, no nascimento e no luto, nesse rol de ritos de iniciação e de passagem.

São diversos os instrumentos utilizados para se escrever sobre os corpos. Certeau (2011) cita os instrumentos de escarificação, de tatuagem de iniciação, para se trabalhar, mutilar e *deformar* o corpo (DEMBO; IMBELLONI, 1933), como os de sílex e as agulhas no passado. O direito armado, para gravar a lei sobre os súditos, visa marcar a carne, moldá-la e copiá-la em uma *norma* legível. Uma panóplia de instrumentos para marcar o corpo encontra-se nas reservas técnicas dos museus, colecionadas após o uso, como vestígios: são objetos antigos usados para apertar, endireitar, cortar, abrir e encerrar corpos móveis, que devem se submeter a regramentos sociais e religiosos. A isso interessa a arqueologia histórica e da diáspora, da violência e forense.

Como Foucault (CASTRO, 2009), Certeau (2011) refere-se a um isolamento (como de um elemento ou composto químico, ou um patógeno) do corpo individual que se processou dos séculos XV ao XVIII, ou mesmo até a primeira metade do século XX, quando ocorre uma mudança dos postulados socioculturais e a unidade referenciada deixa de ser o corpo social e passa a ser o corpo individual, subordinado as políticas jurídicas, inicialmente, e médica, atualmente, de representação e *gestão do bem-estar individual*.

Da física dos corpos em movimento, em relação ao corpo na medicina dos séculos XVII ao XVIII à referência termodinâmica e química dos corpos no século XIX, o corpo é uma máquina que trabalha, um autômato que se conserta, repara, educa e se fabrica. Uma medicina química dá continuidade a uma cibernética, numa mecanização do corpo, podendo ser cortado, reparado, substituído em parte, enxertado, corrigido e endireitado (CERTEAU, 2011).

Do direito passa-se a uma medicina cirúrgica e ortopédica, semiológica e imaginológica, normalizadora de corpos deformados e com anomalias, doenças e traumas. As necroscopias, compelindo as craniotomias e outras aberturas severas do corpo, técnicas tanatológicas médico legais, devem revelar a *causa mortis* e propiciar um atestado de óbito circunstanciado. Nesse sentido, interessa a uma arqueologia do cuidado e do controle social.

Merleu-Ponty (1994) considera a existência de uma história sexual, como a elaboração de uma forma geral de vida, onde estão inseridos todos os motivos psicológicos. Nesse contexto, a sexualidade é compreendida, em psicanálise, como uma *infraestrutura sexual da vida*. Também, a sexualidade está integrada à vida humana de forma indissociável.

O corpo realiza a existência, pois a simboliza, transformando os fenômenos interiores, as ideias, em coisas efetivas. A existência corporal é um esboço de uma verdadeira presença no mundo, exprime a existência total do homem (a existência se realiza no corpo). O corpo é a existência imobilizada, generalizada e perpétua. A ideia de homem é histórica e não uma espécie natural. Mas, e a *sexualidade*, o que vem a ser?

[...] Não há explicação da sexualidade que a reduza a outra coisa que ela mesma, pois ela já era outra coisa que ela mesma e, se se quiser, nosso ser inteiro. A sexualidade, diz-se, é dramática porque engajamos nela toda a nossa vida pessoal. Mas justamente por que nós o fazemos? Porque nosso corpo é para nós o espelho de nosso ser, senão porque ele é um eu natural, uma corrente de existência dada, de forma que nunca sabemos se as forças que nos dirigem são as suas ou as nossas – ou antes elas nunca são inteiramente nem suas nem nossas. Não existe ultra-pensamento da sexualidade, assim como não há sexualidade fechada sobre si mesma. Ninguém está salvo e ninguém está inteiramente perdido

(MERLEAU-PONTY, 1994, p. 236).

O corpo para Merleau-Ponty (1994) é reconhecido como uma unidade distinta daquela do objeto científico, pois que possui uma intencionalidade e um poder de significação em sua função sexual e suas imagens verbais — em relação ao corpo como expressão e a fala — rompendo-se a dicotomia entre sujeito e objeto (consideremos aqui a existência de sujeitos-objetos para todos os corpos). Para o filósofo, o uso que o homem faz do seu corpo é transcendente em relação a esse corpo como ser simplesmente biológico. No homem, tudo é natural e tudo é fabricado, ou simbologizado.

O corpo ainda pode ser estudado na perspectiva de Le Breton (2012), sob a ótica da antropologia do corpo, como uma antropologia do presente, intercambiável com a etnologia e a história. Para ele “Sem o corpo, que lhe dá um rosto, o homem não existiria. Viver consiste em reduzir continuamente o mundo ao seu corpo, a partir do simbólico que ele encarna. A existência do homem é corporal.” (LE BRETON, 2012, p.8).

Para Le Breton (2012), as sociedades tradicionais contemplam *corpo e pessoa* como integrados entre si e no ambiente e o universo. A história do presente remete ao conceito de um corpo isolado da solidariedade que integra a pessoa a um coletivo e a um cosmos em uma trama orgânica de conexões, característico das sociedades tradicionais (ou etnográficas). Nestas sociedades, o corpo pode estar ligado a vínculos comunitários e pode relacionar-se em vários universos, na fauna, flora, ambiente, entre os vivos e os mortos, “é elemento indiscernível de um todo simbólico” (LE BRETON, 2012, p. 25). As sociedades comunitárias não isolam o corpo da estrutura de solidariedade social e do cosmos, dos ancestrais e do universo ecológico no qual está inserido, como ocorre nas sociedades ocidentais.

Nas sociedades africanas, de acordo com Le Breton (2012), o corpo (pessoa) existe apenas construído culturalmente pelo homem: o corpo não existe ou é uma realidade tão complexa que desafia o conhecimento dos ocidentais. O corpo adquire sentido com o olhar cultural, simbologizante do homem. O corpo do criminoso medieval é desmembrado visto que rompeu com as leis; o corpo do santo (corpo incorrupto) é preservado e exposto ou fragmentado em um sem número de relíquias; o corpo dos doentes antes do séc. XII era intocável; as intrusões cirúrgicas do séc. XIII invadem os corpos.

Esse corpo medieval e o das sociedades tradicionais estão condensados no cosmos, não sendo isoláveis do homem ou do mundo. Entretanto, o corpo moderno está dissociado do corpo social e do cosmos, é exclusivo do indivíduo, com uma cifra ou epifania da rostidade (*facing*). A anatomização do corpo humano iniciada nas universidades italianas no começo do século XV, disseminando-se pela Europa até o século XVII, marca o individualismo ocidental: são distinguidos o corpo e a pessoa humana, ocorrendo uma mutação ontológica decisiva. O corpo descrito metodicamente por *Andreae Vesalii* em seu *De Humani corporis fabrica*, de 1543 (SAUNDERS; O’MALLEY, 1973), e/ou nos cadernos com desenhos de anatomia de Leonardo Da Vinci, entre 1489 e 1513, é dissociado do homem e estudado em si mesmo, como uma realidade autônoma, não se esgotando totalmente na significação da presença humana, segundo Le Breton (2012).

Buscar a história do corpo e a sua inserção nas compreensões humanas sobre a sua existência é um trabalho que remete imediatamente as fontes escritas e visuais relacionadas ao que podemos *socialmente tolerar* sobre corporeidade e os seus limites

perceptíveis e invisibilidades ou inexistências. Portanto, os documentos históricos como os registros de óbitos, internações, partos, execuções, prisões, nascimentos, pestes/epidemias/endemias e catástrofes, sobre baixas em guerras e conflitos, listas de víveres comercializados e consumidos, listas de hóspedes, clientes, pacientes, presos e as crônicas sobre ingressos em escolas e instituições religiosas diversas, perfazem fontes primordiais para o mapeamento das concepções de corpo em uma parcela recente da história da humanidade.

De acordo com Crespo (1990), o corpo como problema histórico, vem sendo discutido como objeto cada vez mais recorrente no domínio das ciências humanas e sociais. O mundo dos objetos de cultura material vinculados ao corpo, como as vestimentas, adornos e sua imensa variedade, bem como os jogos, dança, teatro e os mais diminutos pormenores da vida humana são recuperados da vida cotidiana, prestando-se à produção de saber. O corpo, como objeto de cuidados e desassossegos, ressurgiu com novos valores de juventude, beleza, saúde e felicidade. Assim, as práticas do corpo na história, não podem ser estudadas isoladamente, mas no contexto das relações sociais, culturais, políticas, econômicas e religiosas de cada sociedade.

Crespo (1990) buscou na história e teoria da medicina e da biologia, da educação física, do jogo e da festa para o estudo do corpo, abordando aspectos referentes aos atos médicos, alimentação, comportamentos e condutas, circo, conflitos, controle social, degeneração, doença, epidemia, educação física, educação, civilização, festas, higiene, igreja, estado, marginalidade, medicina, morte, população, terapêutica, saúde, ociosidade, valores, moral e vestuário. Esses conceitos estão intimamente relacionados ao modo de vida (ou estilo de vida) da população portuguesa entre os séculos XVIII e XIX, expressando uma abordagem de crítica social e política.

Na sociedade contemporânea (séculos XX e XXI), o corpo representa um espaço de significados para a elaboração identitária (BUENO; CASTRO, 2005) e dos modos de vida, mediante a afirmação de traços de distinção social e de visões de mundo, constituindo um espaço de exercício da territorialidade (mediante o fenômeno de desterritorialização com as diásporas forçadas dos refugiados, entre outros eventos de dispersão populacional forçada). As relações corpo/sociedade se modificam na história e isso pode contribuir com a percepção de corpo na arqueologia. Na antropologia, o vestuário, ornamentos e pinturas corporais são um universo de inscrição de valores e comportamentos, permitindo compreender as especificidades culturais. Assim, toda e qualquer intervenção no corpo, adornos, pinturas, são formas de linguagem. Essa linguagem disponibiliza o corpo biológico como corpo cultural (BUENO; CASTRO, 2005).

Na arqueologia, o interesse pelo corpo humano encontra-se desde o séc. XIX, quando da sua vinculação com o pensamento evolutivo darwinista e o surgimento da categorização dos seres humanos como tipos “raciais”. Os estudos demográficos e sobre saúde, advindos no pós-guerra pelos antropólogos físicos, podem ser considerados marcos importantes para o surgimento das arqueologias do corpo. A extensa pré-história das modificações corporais, vinculadas ao status e a identidade, tem sido abordada pelos antropólogos físicos, acrescentando-se as experiências físicas, dor, incapacidades, parto, injúrias, violência e desnutrição (HAMILAKIS *et al.*, 2002).

Nessas perspectivas, o corpo pode ser estudado no âmbito da bioarqueologia (e/ou antropologia física); sob o viés do estudo da representação corporal na arte antiga, como formas visuais da cultura material (as Vênus dos sítios gravetianos do Paleolítico

Superior – 28.000 a 21.000 B P, p. ex. de Willendorf 1, Dolní Vestonice, Gagarino, Kostenki, Grimaldi, Lespugue e de Laussel); na linha da dimensão experiencial da corporeidade da arqueologia fenomenológica, dos sentidos, da emoção, memória, identidade, com as experiências corporais com o consumo de comida e bebida, parto, sexo, violência e guerra.

Existem várias formas de relações entre o corpo, compreendido de variadas maneiras, e outras ideias atreladas aos conceitos de pessoa, particularmente de *self*, [Eu], sujeito e indivíduo, com sua natureza humana, habitam um corpo único, natural e limitado (TARLOW, 2002).

## O CORPO FÍSICO E OS *MODOS DE VIDA*

O corpo na arqueologia social e da morte e na bioarqueologia social (vertente da sociobiologia humana dos anos 1960/70) representa um objeto de estudo complexo e que demanda o intercâmbio de conhecimentos correlacionáveis, advindos da biologia, da osteologia, antropologia, da medicina, da filosofia, das artes e da história, pelo menos. Corpo físico e comportamento humano estão indissociavelmente agrupados nos estudos bioarqueológicos, principalmente na proposta de Larsen (1997). Traços, marcas e sinais ósseos e dentários apresentam-se como pistas para esquadrihar instâncias do comportamento humano ilustradas pelos hábitos posturais, alimentares, sexuais, bélicos, entre outros de natureza sempre surpreendente, resguardados pelos *modos de vida* no passado. Ossos, corpos e doenças constituem uma tríade compatível com os estudos da bioarqueologia e da arqueologia da morte. Para o estudo da vida cotidiana podemos considerar as várias instâncias de atividades que caracterizam o cotidiano de distintas pessoas e sociedades do passado, em vários lugares no planeta.

É evidente que o registro arqueológico provém o que restou e foi remodelado pelos processos culturais e não culturais, como os teorizados por Schiffer (1983). Nesse contexto constituído pela interação sinuosa entre agentes decompositores e preservativos, o arqueólogo poderá produzir a passos interrompidos a sua *verdade* arqueológica. Quando o que interessa é o corpo, obviamente o esqueleto e os dentes, primeiro, e os tecidos moles em segundo, são objetos de produção de conhecimento arqueológico.

Sobre o corpo físico, a demanda pelo bioarqueólogo decorre da necessidade da reconstrução do perfil biológico (DI GANGI; MOORE, 2013) de um indivíduo e sua população para fins de interpretação arqueológica. Assim como interessa a reconstrução de um perfil funerário, por uma terminologia funerária (SPRAGUE, 2005), em relação ao ciclo funerário no qual está inserido: isso aos arqueólogos dedicados aos estudos mortuários, em arqueologia funerária ou da morte, como também à arqueotanatologia (DUDAY, 2009). O perfil biológico inclui as estimativas de sexo, idade, estatura, ancestralidade, a diagnose de doenças, traumas, anomalias, alterações tafonômicas e caracteres dentários e demográficos.

A concepção primeira de *modo de vida* possui relação com estilo de vida e aproxima-se dos conceitos de *vie quotidienne* e *vie privée*, quando consideramos o mundo ocidental europeu. Estas últimas relacionam-se às atividades realizadas pelo ser humano moderno no período de um dia, como dormir, comer, trabalhar, residir em uma zona rural ou urbana, ser adulto ou criança, mulher ou homem, entre outras ou à vida privada no âmbito da *História Nova*. A organização das identidades e do espaço comunitário por meio do estudo da memória social perfaz uma das instâncias dos métodos

arqueológicos para o estudo do modo de vida de populações tradicionais e a sua relação com o seu passado arqueológico (WILSON, 2010). Este autor procurou compreender, a partir do estudo da memória social, a organização social e identidade política das comunidades mississipianas sob o viés arqueológico. Essas comunidades invocavam o passado através da criação e manipulação de paisagens, lugares e objetos. O método empregado de estudo da memória social objetivou registrar a arquitetura funerária em Moundville e Black Warrior Valley, Alabama e identificar como ocorreu a negociação das identidades e organização do espaço comunitário nesses grupos humanos.

O modo de vida, ainda inclui as relações e prevalência de doenças, dieta, subsistência/captação de recursos, práticas funerárias, formas de habitação, construção do espaço/paisagem, produção de representações visuais (registros rupestres, por exemplo), formas de estresse e suas manifestações esqueléticas, aspectos demográficos (perfil biológico), características do modo de adaptação humana ao ambiente, trocas, rituais diversos, uso de pigmentos, uso do fogo, produção de artefatos e suas cadeias operatórias, hábitos posturais e uso do corpo ou suas partes como instrumentos de trabalho, produção e uso de vestimentas e adornos, características das relações interpessoais (marcas de violência ou de cuidados), diferenças de gênero, entre outros aspectos dos subsistemas socioculturais.

A reconstrução de um estado da arte do *modo* ou *estilo de vida* como conceito guarda-chuva - com descritores da biologia, história, geografia, antropologia, psicologia, sociologia, medicina, arquitetura e ciências afins - para a arqueologia ainda está por ser elaborada de forma satisfatória para o caso do Brasil.

## O CORPO BIOLÓGICO: SEXO

Convém retomar as duas definições oferecidas, entre outros, por Cox e Mays (2002), pois que são mais ou menos distintas. A determinação precisa do sexo em esqueletos humanos é de fundamental importância, tanto para a identificação de pessoas em pesquisas antropológicas forenses quanto na arqueologia, com uso de dados de populações em antigos cemitérios. O sexo é geralmente inferido ou estimado a partir da observação comparada da morfologia do esqueleto. Recentemente o uso do DNA tem sido empregado em casos forenses, mas com alcance limitado em esqueletos arqueológicos que sofreram processos diagenéticos severos com perda exclusiva do colágeno, impossibilitando sequenciamento e análise de perfis genéticos entre indivíduos e populações.

Nos estudos sobre sepultamentos arqueológicos, no âmbito da arqueologia funerária, “torna-se particularmente útil preservar essa distinção conceitual entre sexo e gênero, pois o sexo biológico, uma vez inferido no esqueleto, pode ser empregado como ponto de referência para inferir diferenças de gênero em sociedades passadas” (COX; MAYS, 2002, p. 117), considerando a sua importância como dado demográfico e, portanto, do perfil biológico de cada indivíduo. Para esses autores, as mudanças relacionadas aos hormônios são expressas nas manifestações das diferenças entre os sexos em vários tecidos do corpo humano, como no tecido ósseo, por exemplo. Este tecido responde aos níveis de circulação de determinados hormônios que estabelecem as bases do dimorfismo sexual. Por isso, diferenças hormonais entre os indivíduos femininos e masculinos influenciam no desenvolvimento das diferenças sexuais existentes no sistema esquelético.

Nos indivíduos do sexo masculino, são os hormônios secretados principalmente pelos testículos que provocam o desenvolvimento de características físicas masculinas. Nos mamíferos, os ovários não parecem ser necessários para o desenvolvimento da maioria dos caracteres femininos: o fenótipo feminino é aquele no qual o feto se desenvolverá, a menos que seja redirecionado por hormônios masculinos (COX; MAYS, 2002). O dimorfismo sexual “é a diferença entre machos e fêmeas de uma espécie em termos de tamanho corporal, forma corporal e/ou diferenças apresentadas durante o desenvolvimento” (DI GANGI; MOORE, 2013, p. 527).

Para estimar o sexo em esqueletos de procedência arqueológica existem alguns parâmetros (e seus descritores) obtidos a partir de estudos realizados sobre amostras de diversas ancestralidades e sexos distintos, conhecidos a priori (COX; MAYS, 2002). As diferenças na morfologia do esqueleto entre indivíduos femininos e masculinos devem ser regulares e passíveis de registro e quanto maior o grau de dimorfismo sexual — esse grau varia entre as populações humanas — maior será a acurácia dessa distinção em remanescentes de esqueletos arqueológicos.

Para a determinação (estimativa diagnóstica) do sexo em esqueletos adultos, convém considerar, inicialmente, o quanto do sistema esquelético está preservado, nos casos arqueológicos. A eficiência dessa determinação está contingenciada pelo nível de completude ou conservação do esqueleto de cada indivíduo, especialmente em populações com baixos níveis de dimorfismo sexual.

Para Cox e Mays (2002), existem duas áreas do esqueleto que exibem caracteres importantes no âmbito do dimorfismo sexual, os ossos dos quadris e o crânio, com mandíbula. No crânio humano, diversos autores têm sugerido dados morfológicos observáveis na superfície óssea e que são considerados dimórficos para o sexo (KROGMAN, 1978; MELLO E ALVIM, PEREIRA, 1979; BROTHWELL, 1981; UBELAKER, 1984; BUIKSTRA, UBELAKER, 1994; COX, MAYS, 2002; BYERS, 2005; MAYS, 2010; WHITE, BLACK, FOLKENS, 2012; MOORE, 2013; SHEPUR *et al.*, 2014, entre outros).

De acordo com Moore (2013) fatores intrínsecos e extrínsecos atuam no desenvolvimento do esqueleto humano adulto, modelando o dimorfismo sexual. Como os ossos são extremamente plásticos durante a vida, estão em constante mudança em resposta a fatores extrínsecos, como os efeitos biomecânicos da capacidade de carga e força muscular que atuam sobre os ossos, os efeitos resultantes do *status* nutricional, níveis de atividades e massa corporal. Durante o crescimento e desenvolvimento, o corpo também é afetado por fatores intrínsecos ou sistêmicos, como os de restrição genética, como os níveis hormonais.

O dimorfismo sexual é, portanto, o resultado combinado de fatores genéticos, como os níveis de hormônios, e de fatores ambientais, como a nutrição e comportamentos culturais.

## O CORPO, SEXO E REPRESENTAÇÃO VISUAL: ALGUNS TEMAS NA ARQUEOLOGIA

*A arqueologia visual* constitui uma inflexão da teoria arqueológica de médio e longo alcance, pós-processual, que está dirigida a um sujeito-objeto imagético, no presente ou no passado. Nesse aspecto, as imagens, as representações visuais, possuem uma vida cultural e são um dos objetos da arqueologia, vinculada as teorias da percepção, linguagem visual e da representação (MOLYNEAUX, 1997).



Exemplos de representações do corpo humano podem ser encontrados em várias épocas e em diversas regiões no mundo. No Peru antigo e no mundo mediterrânico greco-romano e no Egito, encontram-se inumeráveis registros representacionais do corpo humano em ambiência da vida cotidiana ou em existência sobrenatural, ritualizada e simbólica. Especificamente em relação ao fenômeno natural da sexualidade humana, encontram-se no Museu Larco, Lima, Peru, uma sala especialmente dedicada à representação de formas da sexualidade humana, quer do cotidiano real ou de inspiração ritual e sobrenatural conforme a visão de várias culturas, como Chimú, Nazca, Salinar, Virú e Santa, entre 1 a 1532 d.C. Nesta sala está disponível o seguinte texto:

*Nosso olhar moderno e ocidentalizado tende a classificar toda representação de órgãos genitais ou atos sexuais como uma imagem do erotismo. No entanto, podemos tentar uma abordagem diferente da sexualidade, apreciando as representações das culturas do antigo Peru. Na arte pré-colombiana existem, por exemplo, representações detalhadas dos órgãos genitais masculinos e femininos que aludem à dualidade. Há também representações que simbolizam a fertilidade e a origem da vida, na qual homens e mulheres participam de atos sexuais mesmo com seres de mundos diferentes, como as divindades e os mortos. Existem representações que nos dizem claramente episódios de mitos, assim como atos sexuais que têm conotações rituais. Para entendê-los, é importante levar em conta o maior conjunto de representações artísticas das culturas pré-colombianas. Desta forma, podemos ver que as representações sexuais estão relacionadas a outros tópicos, como práticas funerárias e cerimônias de sacrifício. Esta exposição nos permite aproximar-nos da visão de mundo ou do modo de ver o mundo das sociedades do antigo Peru. Ao mesmo tempo, é uma oportunidade única e interessante de abordar a sexualidade, livre de nossos próprios mitos e preconceitos (MUSEO LARCO, Lima, Peru, 2013).*

As representações de corpos e suas partes (cabeça, outros órgãos, como os genitais masculinos e femininos) em vasilhames cerâmicos e em pequenas estatuetas de metal fazem parte do acervo que resultou dos estudos de Don Rafael Larco Hoyle sobre as representações sexuais na arte antiga peruana. Neste contexto, as práticas de *coito per annus*, felações, masturbação, manipulações mútuas dos genitais praticadas por seres humanos ou por mortos ou esqueletos, estão vinculadas às práticas funerárias e aos sacrifícios no Peru.

Representados em cântaros e vasilhames de oferendas funerárias, entre outros objetos como aqueles empregados pelos curandeiros e xamãs na preparação do corpo do morto para o seu sepultamento, os corpos e órgãos expressam-se em cenas de atividade sexual, e relacionadas à propiciação do mundo dos mortos, cujo fim não é a fecundação, mas a emissão de sêmen real ou simbólico. Assim como a fertilidade da terra é essencial para assegurar a reprodução social, os mortos, habitantes do mundo de baixo, devem seguir sendo férteis para fecundar a terra (*Wira*), mediante os rituais propiciados pelos seres humanos. A mensagem para que a terra seja fertilizada pelo esqueleto, o morto ou o casal, em relações diversas voltadas à fecundação humana, é dada aos mortos, pelos objetos de cultura material produzidos para este fim (CALDERÓN; LARCO; PACHAS, 2010). Também as festas como a *Coya Raymi* (festa feminina) e a *Aya marca* (para carregar múmias em procissão, entre as plantações, em novembro), com seus elementos materiais e imateriais, denotam o interesse de grupos da população peruana pela fertilidade feminina, dos animais e da terra (Fundación Miguel Mujica Gallo, s.d.).

Entre as principais temáticas que envolvem a vida sexual no Peru através dos testemunhos arqueológicos, Macedo (2007) inclui: a) a mulher; b) representação de corpos humanos nus; c) amor e sexo; d) posições no coito (Figura 1); e) coito anal *heterossexual*; f) felação; g) masturbação autoerótica em dupla; h) *homossexualidade* masculina; i) coito anal ou *sodomia religiosa*; j) *homossexualidade* feminina; k) hermafroditismo; l) cópula entre seres míticos e mulheres humanas; m) cópula entre seres divinos; n) representações de indivíduos com doenças sexuais; o) vasilhas antropomorfas para beber com grandes genitais; p) representações de genitais (Figura 2); q) cópula entre animais.

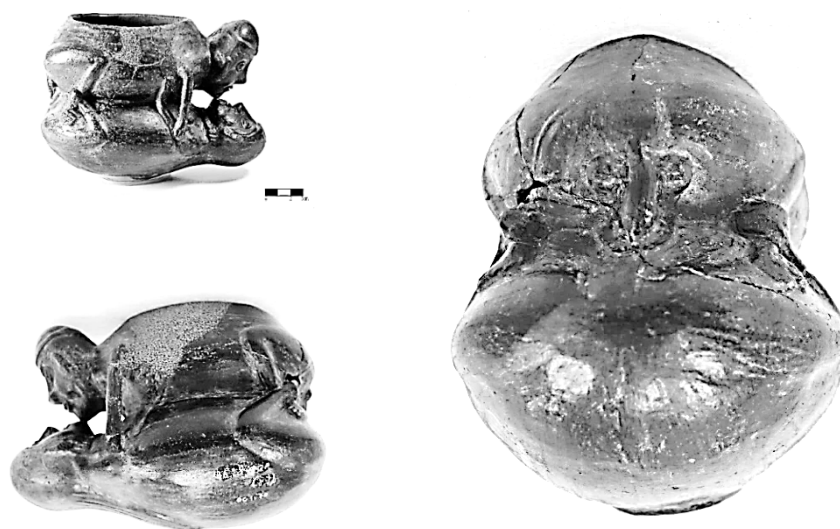


Figura 1: Recipiente Chimú, Peru, com representação de casal em relação sexual – Cerâmica queimada, RG 3618, 13 cm (comp.) x 11,5cm (larg.) x 20,5cm (alt.)

Fonte: Coleção MAE-USP.

Nota: fotografia de Wagner Silva (2009) e Ana Vieira (2017).

A vida sexual durante o império Inca abrange outros temas como: a) a gravidez e o parto; b) a puberdade; c) o matrimônio; d) a prostituição sexual; e, e) as punições. Na mesma perspectiva, um autor anônimo vinculado à Fundación Miguel Mujica Gallo (s.d.), em Lima, Peru, estabeleceu temas similares como: a) a representação dos órgãos sexuais isolados ou em figuras humanas; b) cenas do comportamento sexual; c) parto; d) castigos impostos aos infratores das normas sexuais; e) enfermidades dos órgãos sexuais; e, f) cópula entre personagens mitológicos. Essas escolhas encontram similaridade entre os temários do mundo greco-romano antigo (YOUNGER, 2005; CLARKE, 2001, 2003; MULAS, 1978).



A



B



C



D

Figura 2: Representações do feminino e do masculino no Peru

Legenda: A – vasilha com alça representando uma *vulva*, Mochica, Peru, 800 d.C.; B – recipiente cerâmico representando um pênis circuncisado em estado de tumescência, Mochica, Peru, 800 d.C.; C - recipiente antropomorfo representando uma mulher, Mochica, Peru, 800. d.C; D – recipiente com duplo falo, Mochica, Peru, 800 d.C.

Fonte: Coleção Museu Larco, Lima, Peru (2013).

Entretanto, Crarke (2001, 2003), estabelece temas complexos sobre a sexualidade em Roma de 100 B. C. a 250 A. D.: a) a construção cultural da sexualidade; b) representações da atividade sexual ou relações sexuais (*lovemaking*) entre homens; c) representações da atividade sexual ou relações sexuais (*lovemaking*) entre mulheres;

d) exposições eróticas em casa; e) exposições eróticas em edifícios públicos; f) a invenção e propagação das imagens sexuais no mundo romano. Clarke (2001) evitou o uso de termos como “erótico”, “heterossexualidade” e “homossexualidade”, como também de “relação sexual”/“sexo”, “comportamento sexual”, como termos culturalmente definidos. Este autor trata das representações visuais do fazer amor no mundo romano: as práticas sexuais são analisadas a partir das suas representações visuais, segundo representações factuais, e livremente variáveis de situações sexuais como tema de arte (CLARKE, 2001). Segundo ele, a palavra “erótica” é empregada para indicar o julgamento feito sobre o olhar de um antigo espectador a respeito de uma imagem específica. Torna-se necessário compreender as condições nas quais foram criadas e usadas as imagens visuais de atividades sexuais em dado contexto histórico e arqueológico.

No contexto greco-romano, os temas incluem as imagens que representam: a) humanos em atividades sexuais; b) humanos em cenários de bebida, banquetes e relações sexuais; c) deuses e deusas em ações amorosas preliminares; d) criaturas híbridas, como sátiros e pans copulando; e) órgãos sexuais; f) divindades fálicas, como *Priapus* e *Hermaphroditus*; g) símbolos apotropaicos (para evitar influências maléficas ou má sorte), de humor e paródia. São objetos de cultura material vinculados às imagens dessas temáticas em Roma e Grécia, os recipientes cerâmicos como as ânforas, aríbalos, as lamparinas, os espelhos, placas de sinalização, pinturas murais (p.ex. em Pompéia), mosaicos, representações fálicas em relevos, em pisos rochosos, paredes e outros; na estatuária, em relevos e em amuletos suspensos de caráter apotropaico.

Os termos “pornografia” e “obscenidade”, “sexualidade”, “homossexualidade” e “heterossexualidade”, embora carregados para a arqueologia (CLARKE, 2003), são datáveis e possuem contextos próprios relacionados a períodos de controle da higiene pública e vinculados às noções jurídicas de *moral* e *bons costumes* e da psicanálise freudiana (instaura a sexualidade) no mundo ocidental de fins do século XIX ao início do século XXI. Seu uso deve ser pensado e ponderado na medida em que novas perspectivas foram enunciadas com o advento dos movimentos feministas, da revolução sexual e da liberação gay, embora todos tivessem feito uso desses termos para descrever os papéis de gênero, bem como as práticas sexuais.

O espectador do passado apresentava modos peculiares de perceber a vida sexual, de representá-la e fazer uso. A reconstrução desses modos depende da maneira como o arqueólogo — e seu mundo terminológico e conceitual — irá escavar e interpretar os objetos de cultura material.

## O CORPO E A “SEXUALIDADE” NA ARQUEOLOGIA

Fenomenologicamente, corpo e ambiente são intercomplementares e se interpenetram continuamente, mediados pelos sentidos corporais e pelo pensamento. Para Foucault (1988), a história da sexualidade compreende, sim, as próprias relações históricas entre o poder e o discurso construído sobre o sexo, já nas sociedades modernas.

Existem alguns problemas relativos ao estudo da vida sexual do corpo — parcela do modo ou estilo de vida — na arqueologia e que foram discutidos por Voss e Schmidt (2000). A emergência das contribuições para o estudo da sexualidade provém segundo estes autores, de uma arqueologia antropológica. Sua aplicação depende da relação possível entre o dado arqueológico e a necessidade da explicação vinculada aos conceitos e termos da “sexualidade humana” sob o viés individual e/ou coletivo. As expressões da

vida sexual humana podem ser interpretadas ou explicadas no âmbito da história, da antropologia e da psicologia, como também da arqueologia. Três distinções podem ser atribuídas neste caso: a) o sexo biológico refere-se às diferenças físicas e genéticas do corpo que estão relacionadas à reprodução, como a genitália, distinções cromossômicas, distinções hormonais, órgãos reprodutivos distintos; b) o gênero, convencionalmente usado em antropologia, refere-se à organização cultural das diferenças sexuais biológicas; e c) a sexualidade, que está relacionada ao sexo biológico e ao gênero (VOSS; SCHMIDT, 2000).

Sexualidade, segundo Voss e Schmidt (2000), refere-se a todos os tipos de relações sexuais, incluindo as atividades sexuais, erotismo, identidade sexual, significados sexuais e política sexual, ou seja, os princípios que determinam as relações entre os sexos, em termos de poder. As atividades sexuais não envolvem somente o ter relações sexuais, como coito e/ou orgasmo, mas também a gama completa de possibilidades interpessoais e auto-estimulantes. O erotismo está relacionado, mas não limitado, à atividade sexual, incluindo significados e representações destinados a despertar interesse sexual ou que de outra forma contêm uma carga sexual. A identidade sexual está relacionada à escolha do parceiro sexual e inclui qualquer situação na qual a prática e significado sexuais contribuem para a construção da identidade individual ou grupal. Os significados sexuais provêm os modos ou meios para discutir porquê e como os objetos ou situações fazem referência à sexualidade.

Na perspectiva da arqueologia, deve ser entendida a dinâmica do sexo biológico, do gênero e da sexualidade, individualmente, quando possível e apropriado, bem como em conjunto, para que possam ser caracterizados os mecanismos e fronteiras de suas influências e interações dentro dos contextos sociais pesquisados (VOSS; SCHMIDT, 2000).

Segundo Voss e Schmidt (2000), Rubin (1984) teria identificado alguns axiomas ou formações ideológicas dentro dos discursos das sociedades ocidentais que estariam inibindo o desenvolvimento de investigações imparciais da sexualidade e do erotismo. Na pesquisa arqueológica existiriam pelo menos quatro tendências que seriam paralelas aos axiomas identificados por Rubin (1984): a) o sexo essencialismo, ou a ideia de que o sexo é uma força natural que existe previamente à vida social e às formas institucionais e de que, o sexo é eternamente imutável, não social, transhistórico, não cultural; b) o sexo negatividade, como algo perigoso, uma força negativa, pois virtualmente, todos os comportamentos eróticos são considerados ruins: sempre os pesquisadores dos estudos da sexualidade na arqueologia encontram barreiras institucionais — coações sociais e legais — como a restrição legal de importação e disseminação de imagens sexualmente explícitas; c) o sexo hierarquia, onde uma escala de valores hierárquicos invade o tratamento da sexualidade dentro das sociedades europeias e americanas: o sexo marital monogâmico para o propósito de reprodução tem sido fortemente valorizado em detrimento de outras manifestações sexuais, inclusive na arqueologia, onde a discussão sobre a sexualidade predomina no âmbito do casamento heterossexual (no âmbito da teoria evolucionária, é priorizada a heterossexualidade reprodutiva em detrimento das expressões sexuais não reprodutivas e não heterossexuais); d) o *tratamento lascivo, erótico da sexualidade*, quando são trivializadas e exageradas as relações entre a sexualidade e os outros aspectos da cultura: vincula-se à propaganda pornográfica com uso de materiais arqueológicos e às interpretações que vinculam nudez com sensualidade, formas de animais com órgãos femininos no estudo das figuras femininas esculpidas e modeladas do Paleolítico europeu, por exemplo.

Como sugestões de novos procedimentos de interpretação arqueológica, Voss e Schmidt (2000) citaram algumas tendências, como: uma abordagem social construcionista na qual a sexualidade é socialmente construída, um produto de relações culturais, históricas e de ideologias; por causa dos efeitos da negatividade e da hierarquia do sexo, convém que os arqueólogos atuem de forma autorreflexiva, especialmente na arqueologia feminista e na arqueologia pós-processual; considerar uma variabilidade sexual benigna, incluindo as diversas expressões, identidades e ideologias sexuais que possam ser encontradas nas sociedades estudadas do passado, incluindo as relações reprodutivas heterossexuais; os tratamentos lascivos trivializam e distorcem as sexualidades do passado, nesse sentido, convém cautela ao adotar padrões de comunidades dos dias atuais, relativos à nudez, exposição dos genitais ou penetração como evidências de uma função pornográfica para a arte pré-histórica: a intenção erótica e/ou pornográfica de imagens pré-históricas e históricas deve ser interpretada com base na sua produção, uso e descarte.

A adoção dessas perspectivas analíticas e interpretativas de Voss e Schmidt (2000) propicia a compreensão da organização social das práticas sexuais dentro de contextos histórico-culturais. Evidentemente, traços de supressões, regulações e celebrações ideológicas de práticas sexuais específicas podem ser encontradas em alguns contextos sociais do passado, podendo estar ou não evidente no contexto arqueológico ou na reconstrução do contexto sistêmico sociocultural. Então deve existir uma diferença entre as ideologias sexuais e as práticas sexuais vividas. Durante o estudo e desenvolvimento de interpretações dos materiais arqueológicos relacionados à vida sexual, os arqueólogos devem atentar à distinção entre a instância ideológica e a da vida cotidiana (VOSS; SCHMIDT, 2000).

## A ARQUEOLOGIA DE GÊNERO E O CORPO

Derivada do pós-processualismo e do feminismo na arqueologia, a Arqueologia de Gênero encontra espaço diante da preponderância masculina na disciplina arqueológica voltada à reconstrução do passado. Nesse contexto naturalizado androgênico, a história da arqueologia de gênero tem sido extensivamente documentada desde os anos de 1990. Arnold e Wicker (2001), ao propor a coletânea *Gender and the Archaeology of Death*, destacou alguns autores nesse processo, como Conkey e Spector (1984), Gilchrist (1991), Wylie (1991), Claassen (1992), Bacus *et al.* (1993), Wright (1996), Nelson (1997), Whitehouse (1998), Sweely (1999) e Rautman (2000).

O corpo ideal possui tipos que mudam com o decorrer do tempo. Como forma ideal no mundo antigo, o corpo possui distinções quanto ao sexo, pois que os corpos femininos são diferentes dos masculinos. Ainda, no mundo grego, do séc. VI a 432, os corpos são representados em idades mais apropriadas, quando idealizados, entre os 18 e os 22 anos, possuindo proporções matemáticas específicas. Os artistas helenísticos interessavam-se pela representação de toda sorte de tipos corporais. Durante o período da república romana, os retratos realistas da aristocracia destacavam-se. Homens e mulheres são construídos socialmente como pares de opostos. Os homens eram quentes, secos, rígidos e associados ao lado direito do corpo. As mulheres seriam frias, úmidas, macias e associadas com o lado esquerdo do corpo. As crianças tinham corpos masculinos, embora o corpo de um menino fosse às vezes denominado de corpo feminino (YOUNGER, 2005).

Ainda na visão de Younger (2005), no mundo antigo, os corpos femininos foram comparados com recipientes contendo canais para circulação de líquidos, a maneira da esponja ou lã. A maturação dos corpos das meninas – para alcançar a conformação corporal das mulheres adultas – seria facilitada pela melhora da circulação dos seus fluidos. Nesse caso, o seu corpo necessitaria ser “quebrado” por relações sexuais, e partos regulares. As mulheres não deveriam exceder-se, considerando que isso poderia causar a evaporação da sua umidade, pois que somente na velhice a mulher ficaria naturalmente seca. Na Grécia, por volta de 728 B P, uma vez que o menino é semelhante a uma mulher, seu corpo teve de ser ajudado a se tornar um corpo de homem, firme e quente. Os homens só se tornavam úmidos com a velhice. Homens sem treinamentos ou exercícios sofreriam de fadiga, resultando em um derretimento dentro do corpo, com suor e umidade.

Também os corpos possuem funções que podiam ser consideradas engraçadas ou humorísticas. Entre essas funções estão a constipação, a ejaculação (função necessária para a *evacuação* do sêmen, como um produto desperdiçado, cujo excesso desencadearia o desequilíbrio do *humor*), as ereções (causadas pelo *ar que infla o pênis*, causando a *expulsão* do sêmen), excrementos, flatulência e urina (considerada fétida). No caso das ereções, para, homens nestes estados, representados em imagens bi ou tridimensionais, seriam explicitamente eróticos, tanto como mortais ou como deuses. As ereções de *Pan*, *Priapus* e dos *Sátiros*, seriam muito prolongadas e robustas (YOUNGER, 2005).

As modificações corporais (DEMBO, IMBELLONI, 1933; YOUNGER, 2005) implicam nas mudanças corpóreas para fins culturais, pessoais e para identificação social. No Egito antigo, diferentemente da Grécia, essas modificações incluíam tatuagens, esscarificações e uso de *piercings*. No contexto helenístico e arcaico romano, embora fossem desconhecidos os processos de modelação da musculatura de forma intencional (*body building machines*) esculturas de corpos com musculatura modelada e saliente podem ser encontradas em bronze, mármore ou terracota.

Outras remodelações corporais incluem a castração, pela remoção dos testículos ou mesmo do pênis. A castração poderia ser voluntária (fins religiosos), para a preparação dos *eunucos* (servos leais, artistas e guardas sexuais) e para fins de punição. Outras modificações corporais incluíam a clitoridectomia ou “circuncisão feminina” e a infibulação feminina. Essas intervenções consideradas medicamente necessárias foram encontradas em múmias do período ptolomaico, no Egito. Essas práticas ocorriam em meninas de cerca de quatorze anos, antes do matrimônio. Nos homens poderia ser procedida a circuncisão (setorizada ao prepúcio ou extensiva até o escroto), *epispasm/recutitio* (reconstrução da área circuncisada), infibulação (uso de fíbula de metal ou *piercing* para facilitar a abstinência em cantores, atores, gladiadores e atletas na Grécia e Roma), uso de *piercing*, tatuagens e uso de espartilhos para a cintura (em mulheres e homens). Estas remodelações ocorriam desde o Neolítico europeu aos contextos históricos arcaicos da Grécia, Roma, Egito e Oriente Médio.

A ideologia romana, conforme Skinner (1997) criou *personas sexuais* aceitáveis socialmente (edenizadas) ou perversas (detratadas) através do isolamento de práticas específicas. O homem (*homo normal, vir*, energicamente penetra o seu objeto através de três orifícios: a vagina, o ânus e a boca. Por definição, a mulher (*mulier*), o recipiente feminino, o *puella* ou *femina*, é penetrável através de cada um desses orifícios. A economia simétrica desse sistema também construiu antítipos monstruosos do homem “passivo” e da mulher “ativa”, chamados de *cinaedus, fellator* e *tribas*. A receptividade

oral ou anal, nas duas modalidades de comportamento passivo masculino, é designada como preferências discretas.

Nesse sentido, a imposição dos termos contemporâneos como “homossexual” e “heterossexual” para as relações sexuais em Roma são inadequados, pois não há coincidência entre as esquematizações dos comportamentos sexuais antigos e modernos. A medicina romana “construiu” o corpo feminino como um poço de poderes, que emana ou possui o sangue menstrual e o leite, que podem ajudar ou fazer mal. Como produtos naturais, esses fluidos são especialmente eficazes como objetos de cultura. As mulheres produzem afrodisíacos, abortivos e curas para esterilidade e mau olhado.

Mas os corpos possuem *partes* (YOUNGER, 2005) e as mesmas também foram transformadas em objeto de representação na cultura material em populações antigas de todos os continentes. No Peru, Grécia e Roma, partes de corpos, como as mamas, dedos, pés, genitais femininos, genitais masculinos e útero, são objeto de representação visual (Figura 3).

Objetos em terracota representando estas partes possuíam funções votivas, religiosas e/ou utilitárias. Os órgãos genitais femininos são raramente mencionados nos textos médicos e mais raramente o clitóris (*landica, múrton*). Autores romanos e gregos referem-se à vagina como uma espécie de “caixa para a língua” (*glottokomeion*) com lábios (*murtócheila*). Representações da área púbica feminina, como placas votivas de representações de vulvas, eram dedicadas por mulheres à Afrodite. A vagina foi usada para decorar outros objetos, mas, aparece associada, frequentemente, com *phalloi*.

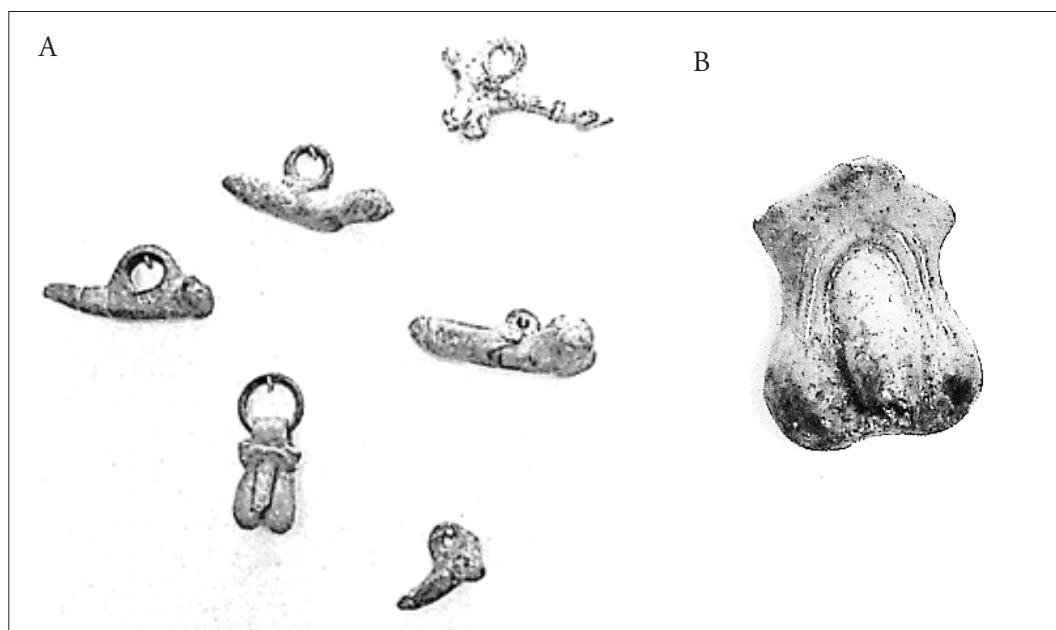


Figura 3: Representações de genitais masculinos

Legenda: A - amuletos apotropaicos, em bronze; B - peças votivas em argila, Grécia e Roma.

Fonte: Coleção do Museu Nacional da UFRJ- RJ (2015).

Os genitais masculinos foram representados no mundo greco-romano como possuidores de grande poder apotropaico, onde os genitais votivos eram menos comuns. Na produção escultórica greco-romana, os indivíduos masculinos eram representados nus, com os genitais expostos, demonstrando cidadania eventual ou conqui-



tada. Úteros votivos em terracota foram dedicados em santuários como pequenos jarros ou copos (na medicina hipocrática). No Peru anterior à ocupação europeia, recipientes cerâmicos representam, nas culturas Chimú Inca, Moche, Sicán, Nasca e Vicús, falos ou personagens com grandes genitais, tanto masculinos, quanto femininos. Falos de pedra aparecem em construções Inca Uyo e Inca (torre funerária). Outras figuras Moche, em recipientes, aparecem como antropovulvas ou antropofálicas, remetendo ao sangue menstrual ou a megafalos (MACEDO, 2007).

Nessa configuração exemplificadora, a representação visual, no âmbito da produção de objetos de cultura material, carrega elementos de sexo e gênero intimamente relacionados. Variações nos comportamentos sexuais (vinculados ao conceito de “sexualidade”) nesse contexto do mundo antigo europeu e andino, também são observadas e incluem o “fazer amor” entre indivíduos do mesmo sexo, entre animais, entre humanos e animais, divindades e animais, entre humanos e criaturas sobrenaturais (mortos, esqueletos e deuses) e entre divindades/deuses. Uma iminente *falocracia* permeia a produção de objetos e textos dessas populações, cujo olhar masculino dominante estabelece os limites da visibilidade do feminino, reconstruindo esse feminino sucessiva e consecutivamente como um *bem/mal* necessário.

No contexto etnográfico africano e americano, observam-se distintas formas de representação e simbolização do feminino e do masculino, centrados nos órgãos genitais (Figuras 4 e 5).

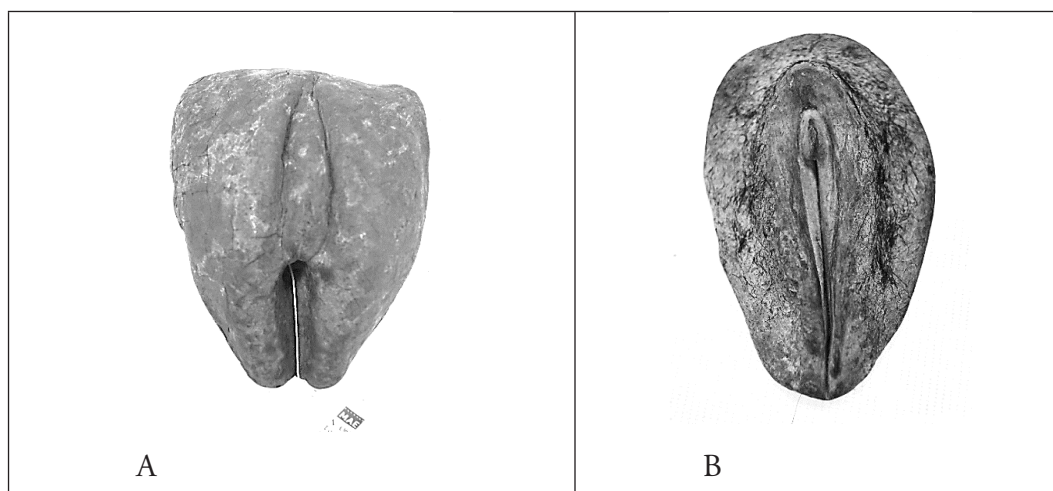


Figura 4: Representações de órgão sexual feminino (vulvas), esculturas em madeira, Elegba, África  
Legenda: A - peça s/n° 0497, dimensões: 18,0cm x 13,0cm x 14cm; B – peça s/n°. 0498, dimensões: 9,0cm x 6,0cm x 2,0cm.

Fonte: Coleção MAE-USP.

Nota: fotografia de Ana Vieira (2017).

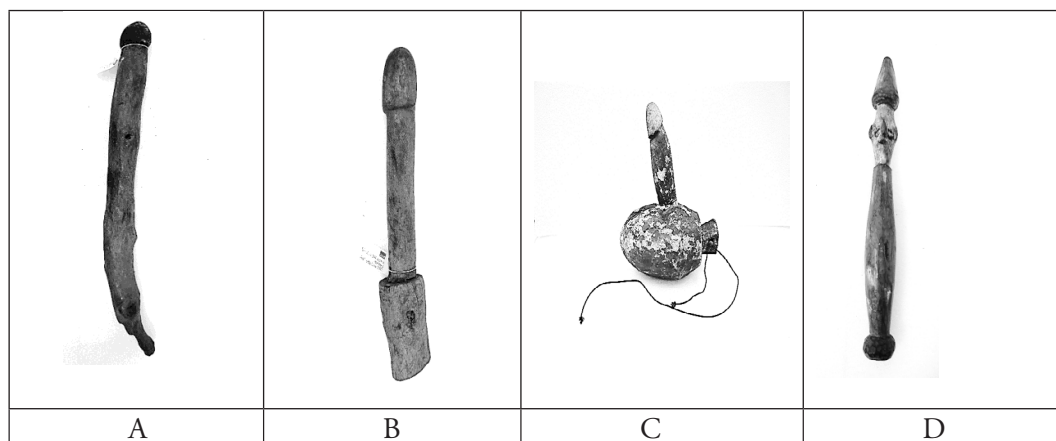


Figura 5: Representações de falos

Legenda: A - escultura em madeira; peça 77/d.3.64, Legba Nagô, Benin, África; B - escultura em madeira, peça 77/d.3.63, Legba Nagô, Benin, África; C - escultura em madeira; peça 77/d.3.61, República Popular do Benin - Porto Novo, Nagô, Elegba, África, dimensões: 32cm x 20cm; D - representação fállica (indução de fertilidade), escultura em madeira, peça 71/3.3, Bayaka, República Democrática do Congo, África, dimensões: 21,4cm x 5,0cm.

Nota: fotografia: Ana C D Vieira (2017).

Fonte: Coleção etnográfica do MAE-USP.

A configuração das representações sexuais, tanto no âmbito arqueológico quanto etnográfico, nos exemplos deste artigo, denota uma variabilidade que expressa uma dominância falocrática, por um lado e uma inclusão do feminino – que é circunscrito – por outro.

O erotismo, o prazer, a fertilidade e a magia apotropaica aparecem sinergeticamente relacionados, com suas instâncias de pureza e perigo, punição e doença, dominador e dominado, sob as máscaras da feminilidade e da masculinidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os exemplos tomados para discorrer sobre o corpo, sexo e representação na cultura material na arqueologia foram ínfimos, mas oferecem algumas direções para o desenvolvimento de temas relacionados. As metodologias bioarqueológicas de estimativa do sexo biológico, as distinções entre este e o gênero e os casos sobre a vida sexual no Peru, Grécia e Roma, tanto quanto a etnografia africana mais recente, elencados neste artigo, apresentam abordagens por vezes categóricas e folclóricas ou de vocação científica. O emprego de conceitos psicanalíticos, médicos e antropológicos podem auxiliar na construção do ponto de partida de cada investigação arqueológica. Entretanto, a escolha do “melhor” termo ou conceito para construir hipóteses e solucionar problemas demanda uma autorreflexão por parte do pesquisador, mesmo por causa do fator “sexo”, objeto-sujeito disposto neste texto.

Observa-se que a distinção biológica entre indivíduos masculinos e femininos é possível conquanto as amostras escavadas arqueologicamente – e em bom estado de preservação para as regiões dimórficas – sejam enquadradas nas médias apresentadas que funcionam como parâmetros para a diagnose sexual. Ademais, falta a distinção do gênero e este, como é predominantemente cultural, demanda o uso de outros recursos para a sua interpretação arqueológica.

Com o advento das primeiras legislações, o corpo tem sido definido, circunscrito e articulado por quem o escreve (CERTEAU, 2011). Nesse contexto, o corpo é a superfície da marcação pelo castigo, um dos pares no matrimônio, nas relações coletivas, na pena de morte, com a sua extinção, no nascimento e no luto, dentro de um palimpsesto de ritos de iniciação e de passagem. Os corpos são lugares de inscrição e objetos em si de representação visual, implicando sempre na produção de objetos de cultura material.

No mundo antigo – termo usado aqui para incluir as populações do Mar Egeu de todo o Mediterrâneo que deixaram seus registros arqueológicos na Grécia, Roma e Egito – e no mundo andino, incluindo-se as populações do Peru antigo, escolhidos para demonstrar a possibilidade dos estudos sobre o corpo e a vida sexual nessas populações, foram observadas recorrências, mesmo diante da diversidade de manifestações, na bibliografia consultada. Os temas tratados pelos autores, tanto para o primeiro contexto europeu e norte africano quanto para o contexto andino, são perfeitamente aplicáveis aos contextos das populações americanas como um todo, excetuando-se aquelas cuja cultura material não disponibiliza dados sobre a vida sexual e o corpo. Podem-se mencionar também os estudos dos cemitérios históricos, e os que relacionam contexto político com corpos mortos (genocídios, guerra, entre outros), das diásporas, da violência, forense, e que utilizam de fontes materiais históricas, como os documentos, fotografias. Outras materialidades, como adornos, acompanhamentos funerários, e os registros rupestres podem ser utilizados nas discussões sobre papéis de gênero em contextos pré-históricos.

O corpo (sexo biológico) no contexto funerário pode carregar consigo elementos que auxiliam na compreensão do “gênero” (sexo cultural), mediante a interpretação arqueológica, mediada ou não por inferências etnográficas. A cultura material contém dados sobre os seus produtores e usuários e, por conseguinte, deve conter dados sobre o modo de vida desses agentes sociais, dados sobre a sua persona sexual e sobre o seu cotidiano.

A inserção teórica de investigações dessa natureza – com temáticas dirigidas ao “sexo”, “gênero” e “modo de vida”, incluindo o comportamento sexual e sua diversidade é fundamental, considerando a pluralidade de auxílios disciplinares a disposição e a organicidade — rapidez e eficácia - da busca por informações que caracteriza a era digital moderna. As recomendações de Voss e Schmidt (2000) continuam sendo importantes — e desejavelmente devem ser lembradas — para o desenvolvimento de pesquisa sobre o fator “sexo” na arqueologia moderna. A dominância heteronormativa, falocrática e sexista na arqueologia moderna representam clara resistência e limitação ao desenvolvimento e construção do conhecimento científico sobre o sexo, sua diversidade, anatomia, biologia, arqueologia e simbologia na história da humanidade.

## AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Dra. Cristina Demartini, Dária Barreto, Regivaldo, Francisca, Carolina, Ader e Hélio, membros das equipes técnicas das Reservas Técnicas, Conservação e Restauro; Laboratórios e Biblioteca do MAE-USP, pela atenção e sugestões; à Diretora do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, pela cordialidade e autorizações; e ao Departamento de Arqueologia e Reitoria da UFPE, Recife, PE, pela concessão da Visita Científica.

## BODY, SEX AND GENDER IN ARCHEOLOGY: REVISITING SOME MULTIDISCIPLINARY ASPECTS

Abstract: *this article presents the main problems related to the inclusion of the body, gender, sex and its relations with the material culture in the production of modern archaeological knowledge about populations of the past. It outlines an outline of recurring speculations, terms, and concepts that function as paradigmatic umbrella to estimate the state of the art of such approaches from archaeological and ethnographic examples from America, Africa, and the Mediterranean. Convergent perspectives were selected, even in the scope of bioculture and human sociobiology, for the explanation of a sometimes transverse bias of scientific knowledge.*

Keywords: *Archaeologies. Body. Gender. Sexuality. Materiality.*

### Referências

- ARNOLD, Bettina; WICKER, Nancy L. (Eds.) *Gender and the archaeology of death*. New York: AltaMira Press/Rowman & Littlefield Publishers, Inc. 2001. (Gender and Archaeology, 2).
- BACUS, Elisabeth A.; BARKER, Alex W.; BONEVICH, Jeffrey D.; DUNAVAN, Sandra L.; FITZHUGH, J. Benjamin; GOLD, Debra L.; GOLDMAN-FINN, Nurit S.; GRIFFIN, William; MUDAR, Karen M. (Eds.) *A gendered past: a critical bibliography of gender in archaeology*. Ann Arbor: University of Michigan Museum of Anthropology. 1993. (Technical Report, 25).
- BROTHWELL, Don R. *Digging up bones*. 3<sup>a</sup> ed. Ithaca: Cornell University Press, 1981.
- BUENO, Maria L.; CASTRO, Ana L. de. Apresentação. In: BUENO, Maria L.; CASTRO, Ana L. de. *Corpo território da cultura*. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Annablume, p. 9-10, 2005.
- BUIKSTRA, Jane E.; UBELAKER, Douglas H. *Standards for data collection from human skeletal remains*. Fayetteville: Arkansas Archeological Survey Research, 1994. (Series, 44).
- BYERS, Steven N. *Introduction to forensic anthropology*. 2<sup>a</sup> ed. New York: Pearsom, 2005.
- CALDERÓN, Isabel L. de A.; LARCO, Andrés A.; PACHAS, Ulla H. *Museo Larco. Tesoros del antiguo Perú*. Lima, Peru: Asociación Hafeal Larco Hoyle/Cecosami Pre-prensa e Impresión Digital S.A., 2010.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. Um percurso pelos seus temas. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 Artes de fazer*. 17<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.
- CLAASSEN, Cheryl. Questioning gender: an introduction. In: CLAASSEN, Cheryl. (Ed.). *Exploring gender through archaeology*. Madison: Prehistory Press, p. 1-10, 1992.
- CLARKE, John R. *Looking at lovemaking: construction of sexuality in roman art – 100 B. C. – A. D. 250*. Los Angeles: University of California Press, 2001.
- CLARKE, John R. *Roman sex: 100 B.C. to A.D. 250*. New York: Harry N. Abrams Inc., 2003.
- CONKEY, Margaret W.; SPECTOR, Janet D. Archaeology and the study of gender. In: SCHIFFER, Michael B. *Advances in Archaeological Method and Theory*, v.7, p. 1-38, 1984.

- COX, Margaret; MAYS, Simon (Eds.). *Human osteology: in archaeology and forensic science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- CRESPO, Jorge. *A história do corpo*. Lisboa: Bertrand Brasil/Difel/Fundo de Fomento do Desporto, 1990.
- DEMBO, Adolfo; IMBELLONI, José. *Deformaciones intencionales del cuerpo humano de caracter étnico*. Buenos Aires: José Anesi, Sección A, Tomo III, 1933. (Humanior, Biblioteca del Americanista Moderno).
- DIGANGI, Elizabeth A.; MOORE, Megan K. (Eds.) *Research methods in human skeletal biology*. London: Elsevier/Academic Press, 2013.
- DUDAY, Henri. *The archaeology of the dead: lectures in archaeoethanatology*. Oxford: Oxbow Books, 2009. (Studies in Funerary Archaeology, 3).
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, v.1, 1988.
- FUNDACIÓN MIGUEL MUJICA GALLO/MUSEO ORO DEL PERÚ. *Representación del sexo en el antiguo Perú*. Lima: Museo del Oro del Perú, s.d.
- GILCHRIST, Roberta. Women's archaeology? Political feminism, gender theory, and historical revision. *Antiquity*, v.65, p. 495-501, 1991.
- HAMILAKIS, Yannis; PLUCIENNIK, Mark; TARLOW, Sarah. Introduction. Thinking through the body. In: HAMILAKIS, Yannis; PLUCIENNIK, Mark; TARLOW, Sarah (Eds.). *Thinking through the body: Archaeologies of corporeality*. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, p. 1-21, 2002.
- KROGMAN, Wilton M. *The human skeleton in forensic medicine*. Springfield: Charles C. Thomas, 1978.
- LARSEN, Clark S. *Bioarchaeology: interpreting behavior from the human skeleton*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- LE BRETON, David. *Antropologia do corpo e modernidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2012.
- MACEDO, Justo C. *La Sexualidad en el Perú prehispánico*. Lima, Perú: Grimanesa R. Enriquez Lovatón, 2007.
- MELLO E ALVIM, Marília C. de; PEREIRA, Cleber B. *Manual para estudos craneométricos e craneoscópicos*. Santa Maria: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Santa Maria, 1979.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- MOLYNEAUX, Brian L. (Ed.). *The cultural life of images*. Visual representation in archaeology. New York: Routledge, 1997.
- MOORE, Megan K. Sex Estimation and assessment. In: DIGANGI, Elizabeth A.; MOORE, Megan K. (Eds.). *Research methods in human Skeletal biology*. London: Elsevier/Academic Press, p. 91-116, 2013.
- MULAS, Antonia. *Eros in Antiquity*. USA: the erotic brt book society, 1978.
- MUSEO LARCO. *Representaciones sexuales en el arte del antiguo Perú*. Lima, Perú, 2013 (texto da exposição de longa duração, sem autoria).
- NELSON, Sarah M. *Gender in archaeology: analyzing power and prestige*. California:

AltaMira Press, 1997.

RAUTMAN, Alison E. (Ed.). *Reading the body: representations and remains in the archaeological record*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2000.

RUBIN, Gayle. Thinking sex: Notes for a radical theory of the 'politics of sexuality. In: VANCE, Carole S.(Ed.). *Pleasure and danger: exploring female sexuality*. Boston: Routledge and Kegan Paul, p. 143-178, 1984.

SAUNDERS, John B. de C. M.; O'MALLEY, Charles D. The illustrations from the works of Andreas Vesalius of Brussels. New York: Dover Publications, 1973.

SCHIFFER, Michael B. Toward the identification of formation processes. *American Antiquity*, Society for American Archaeology, v. 48, n. 4, p. 675-706, oct. 1983.

SHEPUR, Muralidhar P; MAGI, M.; NANJUNDAPPA, B.; HAVALDAR, Pavan P.; GOGI, Premalatha; SAHEB, Shaik H. Morphometric analysis of endocranial capacity. *International Journal of Anatomy and Research*, v.2, n.1, p. 242-48, 2014.

SKINNER, Marilyn B. Introduction. Quod Multo Fit Aliter in Graecia. In: HALLETT, Judith P.; SKINNER, Marilyn B. (Eds.). *Roman sexualities*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, p. 3-25, 1997.

SPRAGUE, Roderick. *Burial terminology*. Guide for researchers. Oxford: AltaMira Press. 2005.

SWEELY, Tracy L. (Ed.). *Manifesting power: gender and the interpretation of power in archaeology*. London: Routledge, 1999.

TARLOW, Sarah. Bodies, selves and individuals. In: HAMILAKIS, Yannis; PLUCIENNIK, Mark; TARLOW, Sarah (Eds.). *Thinking through the body*. Archaeologies of corporeality. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, p. 23-27, 2002.

UBELAKER, Douglas H. *Human skeletal remains: excavation, analysis, interpretation*. 2ª ed. Washington DC: Taraxacum Press, 1989.

VOSS, Barbara. L.; SCHMIDT, Robert A. Archaeologies of sexuality: an introduction. In: SCHMIDT, Robert A.; VOSS, Barbara L. (Eds.) *Archaeologies of sexuality*. London: Routledge, p. 1-32, 2000.

YOUNGER, John. G. *Sex in the ancient world from A to Z*. London: Routledge, 2005.

WHITE, Tim D.; BLACK, Michael T.; FOLKENS, Pieter A. *Human osteology*. 3ª ed. New York: Elsevier/Academic Press, 2012.

WHITEHOUSE, Ruth D. (Ed.) Introduction. In: WHITEHOUSE, Ruth D. (Ed.) *Gender and Italian archaeology: Challenging the stereotypes*. Accordia specialist studies on Italy. London: University College London, 1998. p. 1- 8. v. 7.

WILSON, Gregory D. Community, identity, and social memory at Moundville. *American Antiquity*, v. 75, n. 1, p. 3 -18, 2010.

WRIGHT, Rita P. Introduction: gendered ways of knowing in archaeology. In: WRIGHT, R. (Ed.) *Gender and archaeology*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1996. p. 1-22.

WYLIE, Alison. Gender theory and the archaeological record: why is there no archaeology of gender? In: GERO, Joan M.; CONKEY, Margaret W. (Eds.) *Engendering archaeology: women and prehistory*. Oxford: Basil Blackwell, 1991. p. 31-54.